

ECONOMISTA PORTUGUÊS DIZ QUE PAÍS ESTÁ NO CAMINHO CERTO

ENTREVISTA

a Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — A confiança dos investidores de curto prazo no Brasil deverá levar de três a seis meses para ser resgatada. Tão logo ocorra essa recuperação, o governo terá mais conforto para reduzir as taxas de juros, hoje em 40% ao ano. A retomada do crescimento do país, contudo, demorará mais tempo.

A previsão é de Antônio Borges, ex-presidente do Banco Central de Portugal e reitor do Instituto Europeu de Administração de Negócios (Insead), uma das mais prestigiadas escolas de administração de empresas do mundo.

Borges não poupa elogios ao governo federal. "O Plano Real é um grande êxito e trouxe anos de evolução à economia brasileira", comenta. Ele acha, entretanto, que o País deve crescer mais rápido. Para ele, a comunidade financeira internacional encara o País e a Argentina como "cruciais" ao desenvolvimento econômico da América Latina. Antes da posse do conselho do Insead no Brasil, formado por lideranças empresariais nacionais, em convênio com a Fundação Dom Cabral, Antônio Borges concedeu esta entrevista ao Correio Braziliense.

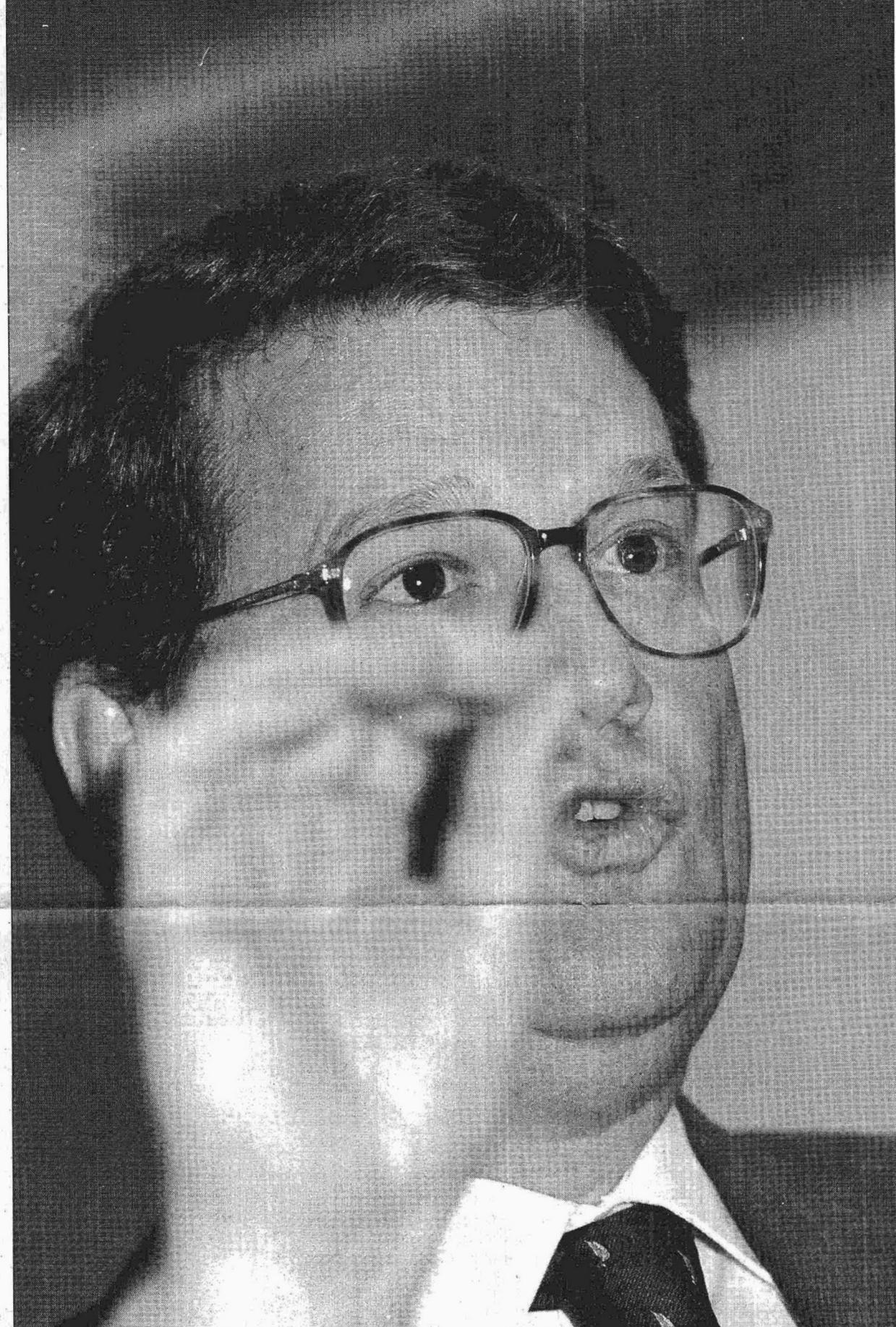
Correio Braziliense — Quais os desafios que o governo não pode deixar de enfrentar nos próximos 12 meses?

Antônio Borges — O problema número um é a confiança dos mercados internacionais na política macroeconômica. A segunda dificuldade é o déficit público. O terceiro é o setor financeiro, especialmente com relação à sua solidade e abertura à concorrência estrangeira. O México teve uma crise muito mais grave que a do Brasil em 1994 e hoje ninguém se lembra desses obstáculos. O País tem hoje um crescimento de 7% ao ano. Quando houve a grande queda das bolsas de valores em 1987 todos esperavam uma recessão fortíssima nos Estados Unidos e Europa. Nada disso aconteceu. Esses países continuaram a crescer muito rápido, o que trouxe elevação da inflação, e afim veio a recessão. Embora seja prudente pensar que em função dessa realidade ocorrerá uma desaceleração da economia, também é preciso

Antônio Borges

"Taxas de juros altos apenas servem para aumentar a confiança na moeda. No momento em que esse sentimento for restabelecido, as taxas poderão cair rapidamente."

Marcos Fernandes/SP



Borges veio ao Brasil participar da posse do conselho do Instituto Europeu de Administração de Negócios no país

imaginar que as coisas também podem melhorar.

CB — O que o País tem que oferecer para mostrar mais solidez macroeconômica?

Borges — Capacidade de decisão. Ou seja, tomar medidas corretas no momento necessário. O País nas últimas semanas esteve no bom caminho. Nisso inclui-se a política monetária que é dura (aumentou os juros de 20% para 43% ao ano). A política orçamentária também destina-se a dar um passo em frente numa área difícil. Se o governo conseguir ultrapassar essa fase, julgo que terá condições de voltar ao bom caminho. As privatizações são muito importantes, não só para o Brasil, mas para todas as economias do mundo. Elas ocorrem também devido à confiança dos investidores externos. O ponto fundamental é a redução do déficit do Estado. Nesse momento, o que o governo tenta fazer é aumentar receitas. Está indo bem.

CB — O Executivo não dedicou a atenção devida à promoção do crescimento da

poupança interna?

Borges — O País em desenvolvimento tem poupança baixa e precisa de investimentos externos. Se o Brasil tivesse uma poupança interna de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), igual a que investe hoje, a entrada de capitais não teria aplicação. Portanto, limitava-se a ter uma balança corrente equilibrada. A entrada de capitais seria apenas acumulação de reservas. O Brasil já teve um volume substancial de reservas e não tem problemas. Porém, precisa de um crescimento mais rápido. Quando uma economia se beneficia de uma entrada importante de capitais, tem vantagens. É natural que tenha déficit de transações correntes e invista mais do que poupa. Talvez possamos dizer que seria melhor conviver com uma poupança de 20% do PIB e investimentos de 24% do PIB. Mas não é isso que altera a estabilidade da economia.

CB — O que é então?

Borges — É a vulnerabilidade. Ela vem do déficit de transações correntes (diferença entre as ex-

portações e importações, menos despesas com serviços, como juros, fretes e royalties). Isso é a contrapartida da entrada de capitais.

Assim, é normal que tenha uma moeda sobrevalorizada. O que aconteceu na Europa ou na Ásia provocou exatamente esse resultado. Depende fundamentalmente da confiança. Se ela desaparece, a situação pode de um momento para outro alterar-se muito. Aí, a instabilidade tem chances de crescer. Alguns podem dizer: 'deveríamos ser mais prudentes'. Mas isso apenas se faz com crescimento econômico menor. Se o Brasil tivesse mantido taxas de juros mais altas, aumentando a carga fiscal, teria talvez uma poupança interna mais alta.

CB — Em setembro, o déficit público nominal (receitas menos despesas, incluindo gastos com juros e correção monetária) ficou em 4,6% do PIB. Por outro lado, o governo pretende conseguir 1,5% do PIB de superávit primário (receitas

menos despesas, sem incluir juros e correção monetária). Dentro da própria equipe econômica há técnicos que avaliam esse resultado como muito otimista. Esses números precisam de melhorias, não?

Borges — É importante reduzir o déficit público para dar mais força à economia. Assim, o governo não absorverá uma parcela expressiva da poupança, que é limitada. Uma grande parte dessa redução pode vir em parte da queda das taxas de juros. Espanha e Portugal conseguiram chegar aos critérios de Maastricht (déficit público nominal de 3% do PIB) com o uso desse instrumento.

CB — Como os juros estão muito altos há forte possibilidade de o País entrar em recessão. Essas taxas de 40% são suportáveis por quanto tempo?

Borges — Quanto menos melhor. O problema principal não é a recessão, mas a crise financeira. Quando os juros ficam muito altos os bancos não aguentam. Nessa circunstância há uma deterioração bem rápida da carteira de empréstimos dessas instituições, elevando-se o volume de créditos que não retornam. Quanto mais tempo se passa com juros tão altos, mais aumentam os custos. Se a alternativa for abandonar a estabilidade cambial, é melhor manter os juros altos. Por outro lado, é mais adequado reduzir os juros com uma política fiscal mais apertada: As taxas de juros altos apenas servem para aumentar a confiança na moeda. No momento em que esse sentimento for restabelecido, as taxas poderão cair rapidamente. Taxas de juros reais de 40% têm uma aplicação temporária. Também servem para momentos de crise cambial, que não deve durar seis meses. Ficar com juros de 40% ao ano por seis meses teria um custo muito elevado.

CB — A política cambial no Brasil é correta?

Borges — Sim, sem dúvida. O problema principal do País é a estabilidade monetária. Ela não está adquirida, e depende da âncora cambial. Se o Brasil perdesse a estabilidade cambial a evolução da economia se tornaria imprevisível. Os mercados cambiais pelo mundo estão muito mais instáveis do que há alguns anos. O Brasil tem uma tradição de instabilidade. Caso ela volte, coloca em risco os recentes anos de evolução da economia.

CB — A estratégia cambial adotada pelo governo — sobrevalorizar a moeda, para, entre outros objetivos, reduzir a inflação e incentivar o ingresso de capitais de curto prazo — foi a mais adequada?

Borges — Sim. Penso inclusive que o Brasil não deve desvalorizar a moeda neste momento. Não estou dizendo que ela deve sempre acompanhar o dólar. O que o governo deveria fazer era vincular o real a uma cesta de moedas que represente a realidade comercial do País. Cerca de 25% das exportações brasileiras vão para os Estados Unidos. Ancorar toda a política nacional numa economia que representa perto de um quarto do comércio internacional é aumentar a vulnerabilidade. A atual situação era necessária nos primeiros anos do Plano Real porque o dólar é uma moeda simbólica no Brasil. Por ra-

zes de confiança interna havia um certo interesse de manter nessa tática. A cesta de moedas é mais estável do que a ligação com uma determinada unidade monetária.

CB — O Brasil teve um crescimento de 2,9% do PIB em 1996? Isso é pouco, não?

Borges — No ano passado, o País já estava preocupado em travar o crescimento muito rápido das importações. Visava aumentar a poupança, sobretudo com a redução do déficit público.

CB — O senhor defende a política de dependência de capitais estrangeiros?

Borges — Sim, pois permite duas coisas: um ritmo de investimento mais alto e uma introdução rápida de novas tecnologias e capacidades de gestão (empresariais) mais modernas.

CB — Isso não é perigoso? Se o Brasil sofrer um ataque especulativo pode perder reservas e ter que recorrer a empréstimos do FMI. O risco não é grande?

Borges — Isso corresponde ao que existe nos países integrados à economia mundial. Nações asiáticas, que há um ano cresceram muito rapidamente, com grande sucesso, se viram contagiadas por países que abalaram a confiança dos investidores. No momento em que a confiança se restabelece, o problema some. A solução, contudo, é imprevisível, pois não depende sómente do Brasil.

CB — Uma das alavancas do desenvolvimento não deveria ser as exportações? O México — que passou por uma crise de 1994, desvalorizou 90% do peso em relação ao dólar, enfrentou a pior recessão dos últimos 20 anos e deve crescer 7% do PIB em 1997 — exporta quase um terço do que produz, perto de US\$ 110 bilhões ao ano.

Borges — O México começou (abertura comercial) há muito mais tempo que o Brasil. A integração de vocês à economia mundial foi iniciada com o Plano Real. É natural numa fase de crescimento econômico maior que as exportações não se expandam tão depressa. Provavelmente a exportação brasileira poderá aumentar. Quando há forte entrada de capitais, é preciso ter sempre a moeda sobrevalorizada. Isso afeta a exportação.

CB — Qual a sua opinião sobre a política externa do Brasil no contexto da inserção comercial com mega blocos, como a Alca, a Comunidade Européia e o Asiático?

Borges — A questão é saber o ambiente no qual o Brasil pode esperar ter uma política comercial comum. Isso significa uma coordenação comercial efetiva. O Mercosul é uma área mais viável do que a América inteira, numa zona de livre comércio, como propõe a Alca (que passaria a funcionar em 2005). O Mercosul é uma tentativa de definir políticas comuns entre países de uma mesma região. O grande teste para o Brasil é conseguir manter o espírito de cooperação com os parceiros de Mercosul diante do cenário de grande competitividade comercial entre todas as nações do planeta. A tendência brasileira é a de tomar suas decisões um pouco independentemente de seus parceiros. Isso pode ser inclusive o fim do Mercosul.

FRASES



■ "O GRANDE TESTE PARA O BRASIL É CONSEGUIR MANTER O ESPÍRITO DE COOPERAÇÃO COM OS PARCEIROS DE MERCOSUL DIANTE DO CENÁRIO DE GRANDE COMPETITIVIDADE COMERCIAL ENTRE TODAS AS NAÇÕES DO PLANETA."

■ "CERCA DE 25% DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VÃO PARA OS EUA. ANCORAR TODA A POLÍTICA NACIONAL NUMA ECONOMIA QUE REPRESENTA PERTO DE UM QUARTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL É AUMENTAR A VULNERABILIDADE."

■ "OS MERCADOS CAMBIAIS PELO MUNDO ESTÃO MUITO MAIS INSTÁVEIS DO QUE HÁ ALGUNS ANOS. O BRASIL TEM UMA TRADICIONE DE INSTABILIDADE. CASO ELA VOLTE, COLOCA EM RISCO OS RECENTES ANOS DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA."

■ "QUANTO MAIS TEMPO SE PASSA COM JUROS TÃO ALTOS, MAIS AUMENTAM OS CUSTOS. SE A ALTERNATIVA FOR ABANDONAR A ESTABILIDADE CAMBIAL, É MELHOR MANTER OS JUROS ALTOS."

■ "QUANDO HOUVE A GRANDE QUEDA DAS BOLSAS DE VALORES EM 1987 TODOS ESPERAVAM UMA RECESSÃO FORTÍSSIMA NOS ESTADOS UNIDOS E EUROPA. NADA DISSO ACONTECEU. ESSES PAÍSES CONTINUARAM A CRESCER MUITO RÁPIDO."

■ "NO ANO PASSADO, O BRASIL JÁ ESTAVA PREOCUPADO EM TRAVAR O CRESCIMENTO MUITO RÁPIDO DAS IMPORTAÇÕES. VISAVA AUMENTAR A POUPANÇA, SOBRETUDO COM A REDUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO."